

Das colônias africanas ao III Reich: a atuação do governo alemão frente à lepra da segunda metade do século XIX à primeira metade do XX¹

*From the African colonies to the Third Reich:
the work of the German government against leprosy
from the second half of the nineteenth century to the first half
of the twentieth*

Reinaldo Guilherme Bechler*

Submetido em 10 de outubro de 2010 e aprovado em 24 de fevereiro de 2011.

Resumo:

Mesmo não sendo um problema epidemiológico na Alemanha no período, a lepra despertava singulares interesses políticos e científicos nas autoridades políticas desse país. O conturbado momento político, científico e social vivido pelo país no período serviu de espectro para ações singulares – ainda pouco abordadas historicamente – no sentido de conhecer e controlar esta enfermidade milenar. Baseando-se em fontes primárias inéditas², o artigo pretende analisar a atuação do governo alemão contra a lepra no final do século XIX e princípio do XX, e ressaltar as contribuições de tal atuação ao processo de desenvolvimento de soluções para o problema da lepra no período, ampliando os horizontes investigativos acerca do tema.

Palavras-chave:

História das Doenças. História da Hanseníase. Lepra. Alemanha.

¹ Este trabalho faz parte do Projeto de Pós-Doutorado que desenvolvo atualmente através de bolsa de estudos da FAPEMIG, junto ao grupo SCIENTIA (Departamento de História-UFMG).

² Neste particular gostaria de agradecer ao Serviço Católico de Intercâmbio Acadêmico (KAAD) e ao Instituto de História da Medicina da Universidade de Würzburg na Alemanha, que possibilitaram financeira e logisticamente minha visita ao Arquivo Nacional da Alemanha (Bundesarchiv) em Berlim, quando da realização de minha pesquisa de doutoramento.

* Doutor em História Contemporânea – Universidade de Würzburg (Alemanha)/UFMG. Contato: reibeckler@yahoo.com.br

Though not an epidemiological problem in Germany in this period, leprosy raised singular political and scientific interests of the country's political authorities. The political, social, and scientific turmoil experienced by the country during this period served as a specter for remarkable actions - not hitherto considered historically - to understand and control this millennial disease. Relying on original primary sources[#], this article intends to analyze the work of the German government against leprosy in the late nineteenth and early twentieth centuries, and highlight the contributions of this work toward the process of developing solutions to the problem of leprosy in this period, expanding the investigative horizons on the subject.

Keywords:

History of Disease. History of Hansen's disease. Leprosy. Germany.

O presente trabalho pretende analisar um conjunto heterogêneo de ações das autoridades políticas alemãs contra a lepra durante os séculos XIX e XX. Em um contexto historiográfico atual, o estudo dessas ações governamentais contra a lepra se não desconsideram, pelo menos relegam a um segundo plano a alternativa alemã. Motivos para essa subjugação não faltam. O principal deles talvez seja o fato de que a lepra não era, nem de longe, uma preocupação de saúde-pública no país nesse período. Seria bem mais profícuo, do ponto de vista prático, debruçar-se sobre o estudo de políticas como as implementadas por outros países europeus no período, especialmente a Noruega, que conseguiu uma significativa redução epidemiológica da enfermidade apenas na segunda metade do século XIX, ou até mesmo analisar e se perguntar sobre os motivos para o fracasso de uma série de outras políticas públicas contra essa enfermidade ao longo do século XX, como a brasileira, por exemplo. Análises, enfim, que teriam uma utilidade acadêmica notadamente mais clara. Baseando-se em matizes teóricas culturalistas, este trabalho apresentará algumas peculiaridades da proposta alemã de combate à lepra, através de fontes inéditas, que serão por mim mesmo traduzidas para o português. Observar-se-á que essa contribuição é bem mais rica e profícuo do que se pensava até então.

A atuação do Estado alemão contra a lepra será abordada por este trabalho de maneira mais ampla com base no conceito de *Governamentalidade*, relativamente difundido em trabalhos científicos contemporâneos, especialmente vinculados ao emprego foucaultiano do termo³. Denoto da análise de Michel Foucault sobre o tema um

³ Foucault discutiu este conceito em vários momentos de sua vida acadêmica. Aqui me concentrarei apenas em suas reflexões na obra: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

interesse pelo Governo enquanto atividade ou prática que diz respeito tanto à relação da pessoa com ela própria quanto à questão do governo no domínio político⁴. É nessa perspectiva que ele discute a noção de *governamentalidade*, que concerne à natureza da prática de governar, cuja característica fundamental seria uma prática de soberania política que busca governar as pessoas em conjunto ao mesmo tempo em que se preocupa com cada indivíduo, ou seja, uma gestão que procura ser totalizante e individualizante ao mesmo tempo⁵. Em sua discussão sobre a *governamentalidade* como último tema de sua análise do poder, Foucault desenvolve a análise que fez a respeito das técnicas de poder que observam, monitoram, moldam e controlam o comportamento das pessoas na sociedade moderna ao mesmo tempo em que muda o foco exclusivo dos indivíduos para os fenômenos populacionais. Nesse contexto, os problemas de saúde pública passam a exercer um papel bem mais ativo no pensamento e nas ações de qualquer governante.

Esse alargamento da atuação do Estado no cotidiano social teria consequências importantes na definição de posturas frente à lepra na virada do século XX. Historicamente vinculada a estruturas religiosas e caritativas, essa enfermidade seria considerada no final do século XIX como uma responsabilidade exclusiva do Estado, em um processo que será discutido aqui posteriormente. Aproprio-me aqui, assim, do conceito de *Governamentalidade* para discutir o modo com que se formou uma conturbada conjuntura para o desenvolvimento de posturas políticas frente à lepra na virada dos séculos XIX e XX, tanto em função do estigma a essa doença relacionado como também pelas oportunidades nacionalistas, políticas e pessoais que essa solução para o problema da lepra poderia causar.

De maneira mais ampla, a relação entre Europa e lepra foi bastante marcada pela epidemia medieval, experimentada por este continente⁶, que se constitui em um tema historiográfico relativamente bem visitado no último século. Essa marcante epidemia, porém, se viu praticamente

⁴ Sobre isso, ver, por exemplo: FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Edusc, 1995; ALCADIPANI, Rafael. *Dinâmicas de poder nas organizações: a contribuição da governamentalidade*. In: *Comportamento Organizacional e Gestão*. 14 (1), 2008. S. 97-114.

⁵ BURCHEL, G., GORDON, C., & MILLER, P. *The Foucault effect: Studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

⁶ Vasta é a bibliografia que aborda o tema, sob os mais distintos aspectos. Ver, por exemplo: BELKER, Jürgen. *Aussätzige, Tückischer Feind“ und, Armer Lazarus“ – Lepra als Krankheit und Stigma*. In: HERGEMÖLLER, B. (Org.) *Randgruppen der Spätmittelalterlichen Gesellschaft*. Warendorf: Fahlbuch Verlag, 1990; DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 1990; BÉNIAC, F. *O medo da lepra*. In: LE GOFF, J. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 127-145.

extinta – por motivos até os dias atuais ainda não completamente esclarecidos – a partir do princípio do século XVII⁷. Desta feita, assim como toda a Europa ocidental, a Alemanha também foi bastante atingida pela epidemia medieval de lepra. No ápice dessa epidemia, no século XIII, o país chegou a contar mais de 200 leprosários, cujo tamanho e capacidade de internação variavam sobremaneira⁸. Essas instituições eram, em sua esmagadora maioria, vinculadas a instituições religiosas e situadas nas imediações das cidades. O número de doentes ao longo da época medieval nunca foi descrito de maneira confiável no país. Rudolf Virchow, médico bacteriologista alemão e um dos principais atores científicos do país relacionados à enfermidade, fala em mais de cem mil. Autores contemporâneos consideram o número de aproximadamente trinta mil⁹. Independente do tamanho da epidemia no país é patente a constatação de que a lepra fez parte das principais preocupações sociais e de saúde-pública da sociedade alemã na época medieval. Bastante associada a fatores religiosos, ou mesmo vista como uma punição divina, a doença seria definitivamente marcada nesse período histórico com o estigma de uma enfermidade “especial”.

O retorno da lepra à Europa no século XIX: estigma x ciência

O século XIX foi marcado pelo retorno da lepra às terras européias. A natural e justificável preocupação com a salubridade e o bem-estar da população tinha o respaldo de uma classe de cientistas cada vez mais especializada, e cada vez com maiores conhecimentos sobre a natureza em todas as suas manifestações, e pode muito bem ser discutida à luz de um abrangente conceito sociológico bastante difundido nas últimas décadas em estudos sobre a História da Medicina no século XIX: o de *medicalização*.

⁷ A explicação histórica mais recorrente é a de que outra epidemia acontecida neste mesmo período, a de peste, teria exterminado todos os seres humanos mais ou menos propensos a enfermidades como a lepra. Sobre isso ver, por exemplo: HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. II INTERNATIONALE LEPRACONFERENZ, Bergen, 2: p. 314-340, 1909; OBREGÓN TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado, medicina y ciencia en Colômbia*. Medellín: Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2000.

⁸ Sobre a epidemia medieval da lepra na Alemanha ver especialmente: VIRCHOW, Rudolf. *Zur Geschichte des Aussatzes, besonders in Deutschland, nebst einer Aufforderung an Aerzte und Geschichtsforscher*. In: Virchows Archiv. n. 18. p.138-162, 1860.

⁹ Por exemplo: KEIL, Gundolf. *Der Aussatz im Mittelalter*. In: WOLF, Jörn (org.) *Aussatz, Lepra, Hansen-Krankheit – Ein Menschheitsproblem im Wandel*. Teil II. Würzburg: Deutschen Aussätzigen-Hilfswerk e. V., 1986. p. 85-103. Importante salientar que este autor considera como Alemanha o atual território alemão, bem menor geograficamente do que o observado na época medieval.

E por medicalização entendo aqui a expansão do discurso ou da prática médica sobre o campo social, vivido especialmente a partir do século XVIII, traduzindo os fenômenos sociais em conceitos de um determinado campo de saber. Em outras palavras, a atitude de tentar compreender um número cada vez maior de aspectos do comportamento humano, antes classificados simplesmente como normais ou anormais pelo público em geral, agora como sinais de saúde e doença, estritamente definidos pela classe médica.

Em termos sociológicos, a discussão sobre esse conceito tem sido motivo de importantes controvérsias nas últimas décadas. Segundo análise de Michael Stolberg, ele foi pela primeira vez utilizado relativamente em um mesmo período histórico em sentidos distintos¹⁰, e se constitui até certo ponto um equívoco a nomeação de Michel Foucault como seu autor, especialmente na obra “O nascimento da clínica”,¹¹ embora de fato tenha ganhado com ele maior circulação acadêmica. Jacques Léonard¹² também o utilizara como sendo “*um aumento oficial da atuação de questões relacionadas à saúde no cotidiano de uma população*”.¹³ Ainda anteriormente, Thomas S. Szasz¹⁴ emprega o termo em uma crítica ao sistema psiquiátrico europeu do período, que para ele seria a expressão de uma medicalização dos problemas sociais. No caso do processo aqui abordado, este conceito será compreendido como um motor ideológico que transformou a lepra, como dito anteriormente, em um problema social, científico e político dos mais graves nessa virada dos séculos XIX e XX.

Enquanto problema clínico, a lepra passou a ser objeto de estudo de vários médicos a partir da segunda metade do século XIX, se destacando figuras como Daniel Danielsen, Armauer Hansen, Robert Koch, Rudolf Virchow. Nesse período, graças a um representativo avanço técnico responsável pelo desenvolvimento de instrumentos como o microscópio, por exemplo, várias doenças passaram a ser objeto de estudo específico e sistemático de uma recém-formada classe de médicos convencionalmente chamada de Bacteriologistas, que comprovaram serem as bactérias responsáveis por uma série de doenças que, a partir de

¹⁰ STOLBERG, Michael. *Professionalisierung und Medikalisierung*. In: PAUL, Norbert & SCHLICH, Thomas (Org.) *Medizingeschichte: Aufgaben, Probleme, Perspektiven*. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1998. p. 69-86.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 6 ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹² LÉONARD, Jacques. *Les médecins de l'Ouest au XIXème siècle*. Paris: 1978.

¹³ STOLBERG, Michael., 1998. op.cit. p. 75.

¹⁴ STOLBERG, Michael, 1998. op.cit. apud: SZAZS, Thomas S. *The manufacture of madness. A comparative study of the inquisition and the mental health movement*. London: 1971.

então, podiam ser melhor compreendidas. Essa “*revolução microbiana*”¹⁵ modificou comportamentos médicos, ampliou horizontes investigativos e, partindo do pressuposto teórico anteriormente mencionado de que o conhecimento científico é intrinsecamente vinculado a estruturas e a matizes sociais, acabou por criar uma atmosfera de competição acadêmica por prestígio e poder entre esses profissionais¹⁶.

A lepra neste espectro de doenças bacteriológicas, entretanto, se transformou em um desafio científico para esses médicos uma vez que sua cura clínica era um objetivo sabidamente distante. Sequer se conhecia seus meios de transmissão, ou mesmo se ela era transmitida ou hereditária¹⁷.

O fenômeno que Eric Hobsbawn chamou de “*A era dos impérios*”¹⁸, oferece subsídios para que se interprete esse momento científico do estudo leproológico como momento imperial, ou colonial da lepra. As principais nações europeias no final do século XIX, início do XX, se preocupavam sobremaneira com a expansão comercial e econômica de suas divisas, e coincidentemente em quase todas as regiões que foram objeto desse Imperialismo, a lepra era um sério problema endêmico¹⁹. A maneira, porém, com que cada país europeu lidaria com o problema se distinguiria consideravelmente. A Alemanha, em particular, iria desenvolver sua política pública contra essa enfermidade segundo características bem peculiares. Se do ponto de vista epidemiológico a doença não representava um problema para as autoridades germânicas dentro de seu território, o mesmo não acontecia em suas colônias comerciais no continente africano, causando latentes preocupações de toda ordem.

O modelo alemão de combate à lepra na África

A experiência colonial alemã com a lepra foi adquirida nas duas últimas décadas do século XIX, especialmente Togo e Camarões.

¹⁵ CUNNINGHAM, Andrew & WILLIAMS, Perry. *The laboratory revolution in Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 209.

¹⁶ Reconhece-se, entretanto, que essa chamada Revolução Pasteuriana foi precedida por todo um aparato teórico e técnico desenvolvido, especialmente, desde a segunda metade do século XVIII. Sobre isso ver: BENCHIMOL, Jaime. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999; SALOMON-BAYET, Claire. *Pasteur et la révolution pastoriennne*. Paris: Payot, 1986.

¹⁷ Sobre isso ver, por exemplo: BECHELLI, L.M. *Advances in leprosy control in the last 100 Years*. In: *International Journal of Leprosy*, Vol. 41, n. 3. p. 285-297, 1973; YOSHIE, Yoshio. *Advances in the microbiology of M. Leprae in the past century*. In: *International Journal of Leprosy*. Vol. 41, n. 3. S. 361-371, 1973.

¹⁸ HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁹ EDMOND, Rod. *Leprosy and empire: a medical and cultural history*. New York: Cambridge University Press, 2006.

O historiador Wolfgang Eckart pesquisou a fundo essa experiência²⁰. Seus trabalhos são de grande relevância para a compreensão do assunto, por se caracterizar num dos mais importantes trabalhos históricos relacionados ao tema atualmente na Alemanha, mas serão aqui discutidos juntamente com a análise de fontes primárias como relatórios sobre a construção e sobre o funcionamento dos leprosários construídos pelo país na África – especialmente o de Bagida e o de Bagamoyo em Togo – conseguidos no Arquivo Nacional (Bundesarchiv) de Berlim.

É bem verdade que esse problema “colonial” da lepra não era exclusividade da Alemanha no período. Eckart analisa as experiências inglesas e francesas em suas colônias no continente africano, e as compara com as alemãs. Essa comparação resulta na constatação de que a forma com que a Alemanha lidou com o problema se mostrou bastante diversa da de seus vizinhos colonizadores, especialmente nos primeiros momentos. Além dele, outros autores também corroboram essa opinião, como Rod Edmond, que mostra que Inglaterra e França tiveram uma postura com relação à doença em suas colônias que se aproximou muito mais do temor do que de qualquer outro sentimento²¹. Assim, a lepra seria antes de tudo um entrave às intenções comerciais desses países.

O caso colonial inglês é especificamente abordado por Jane Buckingham, onde transparece a interpretação de que a lepra era muito mais uma questão de polícia do que de medicina. As instituições construídas eram baseadas inclusive no modelo do Panóptico de Bentham, mostrando que “a preocupação com o doente era exclusivamente para que ele não fugisse. Era um prisioneiro, enfim, não um doente”.²² A experiência colonial inglesa frente à lepra também é tratada por outros autores como Zachary Gussow²³ e Diana Obregón-Torres²⁴, especialmente relacionada ao Havaí. Ambos chegam a desenvolver o conceito de “modelo havaiano” para descrever uma atuação frente ao problema que deveria ser considerada como um paradigma negativo, ou seja, como exemplo de ação que nem de longe deveria ter sido seguido por nenhum outro país, tamanha crueldade com que foi desenvolvido.

²⁰ ECKART, Wolfgang U. *Medizin und Kolonialimperialismus. Deutschland 1884-1945*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2000; ECKART, Wolfgang U. *Leprabekämpfung und Aussätzigenfürsorge in den afrikanischen “Schutzgebieten” des Zweiten Deutschen Kaiserreichs, 1884-1914*. Leverkusen: Verlag Heggendruck, 1990.

²¹ EDMOND, Rod., 2006. *op. cit.* p. 78.

²² BUCKINGHAM, Jane. *Leprosy in colonial South India: medicine and confinement*. New York: Palgrave, 2002. p. 36.

²³ GUSSOW, Zachary. *Leprosy, racism and public health: Social Policy in Chronic Disease Control*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1989.

²⁴ OBREGON-TORRES, Diana., 2000. *op. cit.*

Nas colônias alemãs, em contrapartida, a questão foi tratada de maneira diferente. Na segunda metade do século XIX já era grande a preocupação com a quantidade de casos e de novos casos de lepra encontrados nos países africanos sob sua influência, e especialmente com a impotência clínica e científica no que tange a uma cura ou mesmo um tratamento para o mal²⁵. A ação do governo não tardaria. No início da década de 1890 foi enviada ao continente uma comitiva médica, chefiada pelo Dr. Robert Koch²⁶, não apenas para fornecer um detalhado relatório da real extensão da doença na região, como também para propor soluções, e especialmente construir instituições que atendessem tanto às necessidades clínicas e sociais das colônias quanto às necessidades econômicas da metrópole.

Heinrich Hermann Robert Koch a essa altura possuía um cargo de conselheiro no *Gesundheitsamt* (Ministério da Saúde), e era também Assistente Extraordinário do Gabinete Imperial de Saúde desde 1880. Já era, portanto, considerado uma das maiores autoridades da ciência médica mundial, devido à sua respeitável experiência clínica, e às identificações dos microorganismos causadores da tuberculose e da Cólera, feitas na década de 1880. Gozava assim, de grande legitimidade para propor qualquer solução com relação à lepra na África. Nessa conjuntura permaneceu por quase dois anos no continente, quase todo o tempo em Togo, onde auxiliou diretamente na construção de quatro leprosários, além de outros dois em Camarões²⁷.

Basicamente, esse “*Modelo Alemão*”, proposto por Robert Koch e seus assistentes, era composto por leprosários que possuíam dois princípios: respeitar ao máximo as diversidades e as individualidades de seus internos, e ser, o quanto possível, financeiramente auto-sustentável. No caso específico dos leprosários construídos nas colônias africanas, houve uma preocupação séria quanto à diversidade étnica e cultural dos doentes, e um considerável respeito a essa diversidade em todas as suas manifestações.

No relatório de 1904, “*Sobre o leprosário de Bagamoyo*” em Togo, observam-se de maneira clara as intenções do governo germânico com tais instituições. Dados sobre o plano de construção, sobre alimentação, e até mesmo sobre vigilância são, seguramente, importantes objetos de análise. Em 1904 o leprosário já tinha sete anos de funcionamento, um

²⁵ ECKART, Wolfgang U., 1990. *op. cit.* p. 123.

²⁶ Sobre isso ver: ECKART, Wolfgang U., 2000. *op. cit.* p. 67.; e KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*. Klinisches Jahrbuch, 6: 239-253. 1897.

²⁷ ECKART, Wolfgang U., 2000. *op. cit.* p. 341.

tempo consideravelmente adequado para observações dos médicos e governantes do país.

Os internos eram separados, por exemplo, por gênero como era de praxe, mas também por etnia, respeitando costumes, línguas, e demais estruturas sociais. Sobre a alimentação, houve a preocupação de explicitar nesse relatório que ela “*era feita de maneira a adaptar o quanto fosse possível a realidade contingencial às necessidades e gostos dos internos*”²⁸. Sobre a vigilância, foi adotada, por exemplo, a prática de eleger um doente, que geralmente era escolhido entre aqueles com mais tempo de internação, para ser um auxiliar do “guarda” responsável pela ordem da instituição. Interessante observar que o próprio texto relata que a figura do guarda era até certo ponto desnecessária, “*pois os doentes eram relativamente satisfeitos com sua alimentação e com as condições de vida que tinham em Bagamoyo, não sendo até hoje registradas ocorrências de fugas*”.²⁹

A presença de mães e esposas/maridos de doentes era permitida, como mostra o “*Relatório da Casa dos Leprosos de Bagida*”, em Togo de 1902, com o intuito de “*melhorar a vida e a permanência dos internos na instituição*”.³⁰ O relatório regulamenta, contudo, as condições dessa permanência e deixa claro que essas pessoas deveriam zelar por sua própria subsistência. De todas as maneiras, tais exemplos representam indícios de uma forma mais “humana” de lidar com o problema, e de um relativo respeito à condição humana dos doentes internados nesses leprosários.

Ao mesmo tempo, esses leprosários possuíam grande preocupação quanto a sua auto-sustentabilidade. Atividades como agricultura e pecuária foram implementadas tanto com o objetivo de manter os internos ativos fisicamente, quanto para baratear seus custos operacionais. Os doentes capazes de trabalhar eram “*aconselhados a produzir o suficiente para seu sustento durante um ano*”.³¹ O relatório não explica, entretanto, como era feito esse cálculo, resume-se a dizer que o interno teria que produzir apenas um tipo de alimento previamente definido pela administração, em uma pequena porção de terra, de propriedade da instituição.

Os leprosos africanos sob responsabilidade alemã eram, assim, tratados de uma maneira bem diferente, se comparados com os da Inglaterra e França, por exemplo, onde não eram sequer reconhecidos como doentes. Torna-se patente, além disso, a preocupação com os

²⁸ FA 1/4. *Einrichtung eines Lepraheimes bei Bogamoyo.6397*. Bericht über das Lepraheim in Bogamoyo 1904. Bundesarchiv – Berlin. p. 2

²⁹ *Idem*.

³⁰ FA 3. *Lepraheim Bagida. 3098*. Lepraheim Bagida 1906 – 1911. p. 3.

³¹ *Idem*, p.4.

custos e com a realização de uma proposta viável financeiramente aos cofres estatais.

Ao desenvolver uma atuação estatal de vanguarda quanto ao problema da lepra em suas colônias africanas, e ao conceder a liderança intelectual dessa ação a Robert Koch, uma das principais figuras científicas do período, torna-se claro que a Alemanha participava ativamente dos debates e das práticas políticas contra esta enfermidade na virada dos séculos XIX e XX. Como se não bastasse, outro acontecimento poderia trazer ainda mais legitimidade a esse modelo: a doença também voltava a ser encontrada na própria Alemanha, na cidade de Memel na Prússia³² na década de 1890. O “*Modelo Alemão*” de isolamento de leprosos teria, assim, uma oportunidade singular de ser implementado dentro das divisas territoriais do país, e não mais apenas em suas “colônias” comerciais.

O foco de lepra na Prússia

O foco de lepra na cidade portuária de Memel, na Prússia, foi observado inicialmente no início da década de 1890, através do trabalho do Dr. Pindikowsky³³, sendo relatados nove casos vivos e quatro mortos. Contudo, apenas em 1896 esse médico prussiano pôde, juntamente com Blaschko, realizar, sob ordens diretas da cúpula do Reich, uma investigação mais detalhada, que deu origem a obra “*A lepra na região de Memel*”.³⁴ Tornava-se clara, então, a seriedade do assunto, recolocando a lepra no panteão de preocupações sanitárias do país. Afinal, o retorno de uma doença tão estigmatizada e perigosa como a lepra seria algo notadamente inoportuno para a recém-constituída nação alemã.

Repetindo o que havia acontecido na África alguns anos antes, ainda em 1896, Robert Koch foi enviado ao local, juntamente com seu assistente Martin Kirchner, para averiguar a seriedade do problema, propor soluções plausíveis, e especialmente orientar a construção de uma instituição que, se acreditava, serviria de modelo no tratamento da enfermidade. Koch desembarcou em Memel em setembro de 1896 com esse intuito. E em menos de três anos, em 20 de julho de 1899, seria inaugurado o *Lar dos Leprosos de Memel*. A instituição possuía aposentos para 16 leprosos que, como disse Kurt Schneider, médico do leprosário por mais de 30 anos, “*eram tratados com o máximo respeito e*

³² Atualmente a cidade de Memel se chama Klaipeda, e pertence ao território lituano.

³³ PINDIKOWSKY: *Mitteilungen über eine in Deutschland bestehende Lepraepidemie*. Dtsch. Med. Wschr. 1893.

³⁴ BLASCHKO, A. *Die Lepra im Kreise Memel*. Berl. Klein. Wschr. p. 433-448. 1896.

humanidade”.³⁵ Em 1909 a instituição sofreria uma expansão, ampliando sua capacidade para 22 internos.

O leprosário, que tinha o nome amenizador de “*Lar dos leprosos*”, contava com instalações como descreve Schneider: “*simples, porém confortáveis*”.³⁶ Robert Koch tinha bem arraigada a ideia de que a instituição deveria se adequar às condições econômicas alemãs do período. Com isso, todos os elementos que pudessem não se enquadrar nesse argumento foram justificados minuciosamente. “*Cheguei a questionar a construção de um jardim, que custaria 1.250 Marcos, mas fui convencido por Kirchner de que seria interessante*”.³⁷

Além disso, Robert Koch ainda utilizou mais uma alternativa para tentar baratear os custos da instituição ao Estado: uma espécie de terceirização profissional do leprosário. O governo seria o responsável pela construção da instituição, pela manutenção dos médicos – que eram apenas dois – e pelos demais gastos operacionais que não fossem cobertos pela produção interna de alimentos. Todos os outros gastos e responsabilidades foram divididos com a *Königsberger Diakonie*, uma congregação evangélica que assumiu compromissos como a manutenção física da instituição, o cuidado pessoal com os doentes através de irmãs de caridade, e seu controle administrativo geral.

O lar dos leprosos de Memel representava, assim, uma solução relativamente econômica para o isolamento dos leprosos – que continuava sendo a única alternativa profilática em questão no final do século XIX – ao mesmo tempo em que conseguia instigar um sentimento positivo e de pertencimento de seus internos para com a instituição. Fato, aliás, que também seria observado nos leprosários construídos na África.

Em suma, a Alemanha desenvolvia no decorrer da década de 1890 sua política pública contra a lepra, seja através de sua experiência colonial na África, ou por sua experiência caseira em Memel. Em ambos os casos observa-se uma postura bastante preocupada com a condição do doente, ao mesmo tempo em que se tentava gastar o mínimo de recursos estatais possíveis. Elementos suficientes para sustentar uma posição de vanguarda para a Alemanha no contexto político e científico referente ao desenvolvimento de soluções contra a lepra na virada do século XX. Porém, como em todo processo científico específico, outras propostas também co-existiam e lutavam por reconhecimento. No caso específico das políticas públicas contra a lepra, podemos observar um palco especial,

³⁵ SCHNEIDER, Kurt. *Die Geschichte der Lepra im Kreise Memel und das Leprosheim in Memel*. Berlin: Verlagsbuchhandlung von Richard Schoetz, 1942. p. 421.

³⁶ *Idem*, p. 411.

³⁷ KOCH, Robert., 1897. op.cit. p. 251.

onde essas propostas se defrontaram: a primeira conferência internacional de Berlim, em 1897.

I Conferência Internacional de Lepra de Berlim, 1897: política e ciência em jogo

O já mencionado sentimento de vanguarda científica na Alemanha ao longo do século XIX iria embasar a realização do primeiro encontro internacional em que o tema lepra seria discutido à luz de preceitos técnicos e políticos. Esperava-se o desenvolvimento de uma linha de atuação homogênea frente ao problema, que tomava proporções cada vez mais preocupantes em todo o planeta³⁸. O modelo alemão de atuação política frente à lepra teria uma oportunidade singular de se apresentar ao mundo como uma alternativa digna e responsável para tal finalidade.

Forçoso se torna reconhecer, entretanto, que coexistiram outras propostas, outros cientistas e políticos envolvidos no desenvolvimento das mesmas soluções. Neste particular destaca-se a política pública desenvolvida na Noruega, já a partir da primeira metade do século XIX. Ainda carente de abordagens históricas de fôlego, que a tome enquanto processo histórico específico, esta ação é vista até hoje pela historiografia como bem-sucedida e positiva. Zychary Gussow e Diana Obregón-Torres, por exemplo, afirmam mesmo que o assim denominado “*modelo norueguês*” de combate à lepra seria o extremo oposto do “*modelo havaiano*”, anteriormente citado como exemplo de ação mal-sucedida. O caráter democrático e bem-orientado sob o qual as medidas teriam sido desenvolvidas no país escandinavo, associado à diminuição impactante da incidência da doença, observado nos anos subsequentes³⁹, deveriam ser argumentos suficientemente claros para embasar tais afirmativas. Como se não bastasse o lado político, o país ainda produziria os primeiros cientistas ligados ao estudo da lepra, já a partir da primeira

³⁸ Para uma abordagem mais detalhada sobre os meandros acadêmicos da conferência, ver: BECHLER, Reinaldo Guilherme. Muito mais do que isolamento em questão: Ciência, poder e interesses em uma análise das duas primeiras Conferências Internacionais de Lepra – Berlim 1897 e Bergen 1909. In: *Temporalidades*. Belo Horizonte: Vol.1 n. 2, 2009, p. 175 – 201.

³⁹ A Noruega contava cerca de 3.000 casos de lepra na década de 1840 (aproximadamente 0,8% da população), e com tais medidas conseguiu diminuir o número de casos para pouco mais de 60, no final do século XIX. Sobre isso, ver: HANSEN, Armauer & LIE, H. P., 1909. *op. cit.* e também: LIE, H. P. *Why is leprosy decreasing in Norway*. In: *International Journal of Leprosy*. n. 1. p. 205-216, 1933.

metade do século XIX⁴⁰. O principal destes personagens, Armauer Hansen, iria surgir apenas a partir da segunda metade deste século, e seria condecorado como o principal ator científico e histórico desta enfermidade até os dias atuais. Como genro e posteriormente sucessor técnico de Daniel Danielsen no desenvolvimento da política pública norueguesa, Hansen conseguiu, ainda na década de 1880, ser aclamado como o “descobridor” do assim denominado “*mycobacterium leprae*”, o agente causador da doença⁴¹.

Todos esses fatores legavam à Noruega o posto de principal concorrente ideológico da Alemanha no encontro internacional realizado em outubro de 1897 em Berlim. O ambiente acadêmico na ocasião foi bastante tenso, e apesar de o encontro ter contado com a presença de cientistas e políticos de 49 países, observou-se uma polarização das discussões entre representantes desses dois países.

Em termos práticos, os escandinavos propunham que o combate à lepra deveria abandonar, a partir daquele momento, o caráter caritativo e mesmo religioso à que sempre foi vinculado ao longo dos tempos, legando ao Estado esta árdua tarefa. Leprosários deveriam ser construídos em todos os países afetados endemicamente pela doença, e neles deveriam ser internados todos os leprosos, sem qualquer distinção social ou clínica. Pautados apenas na flagrante diminuição epidemiológica conseguida pelas medidas implantadas no país desde a primeira metade do século XIX, Hansen e seus compatriotas tinham um fundamental trunfo na corrida acadêmica deflagrada em Berlim. Eles não explicaram, contudo, como ocorreu na prática essa diminuição, deixando margem para a interpretação de que os doentes foram curados⁴².

A Alemanha, por sua vez, propôs em Berlim uma atuação bem menos direta do Estado no combate à lepra, prevendo e incentivando

⁴⁰ O primeiro trabalho reconhecidamente científico sobre a lepra foi escrito pelos noruegueses Daniel Danielsen e Carl Boeck, no ano de 1848. Ver: DANIELSEN, Daniel & BOECK, Carl. *Traité de La Spédalsked ou Eléphantiasis des Grecs*. Paris: J. B. Ballière, 1848.

⁴¹ O processo de “descobrimto” do agente causador da lepra vem sendo reinterpretado historiograficamente nos últimos anos. Outros personagens – especialmente o médico alemão Albert Neisser – também exerceram um fundamental papel no desenvolvimento desses novos conhecimentos bacteriológicos sobre a enfermidade. Sobre isso ver: BECHLER, Reinaldo. *Leprabekämpfung und Zwangsisolierung im ausgehenden 19. und frühen 20. Jahrhundert: wissenschaftliche Diskussion und institutionelle Praxis*. Tese (Doutorado). Philosophischen Fakultät der Julius-Maximilians-Universität Würzburg. Würzburg, 2010.

⁴² Apenas em alguns momentos mais acalorados da conferência Hansen faria menção à essas condições, deixando claro que essa diminuição epidemiológica apenas foi possível através da morte dos doentes, que experimentaram precárias condições sanitárias nos leprosários estatais à partir de 1840. Sobre o assunto, ver: BECHLER, Reinaldo Guilherme, 2009. *op. cit.* & BECHLER, Reinaldo Guilherme, 2010. *op. cit.*

a participação de setores organizados da sociedade no processo, além de considerarem o isolamento aconselhável apenas para os casos comprovadamente graves da doença. As assim denominadas “*Sociedades contra a lepra*” deveriam ser fundadas em todos os países onde a doença fosse um problema de saúde-pública, no intuito de auxiliar o Estado no combate a um problema de proporções e riscos tão relevantes.

A experiência e acima de tudo os resultados práticos dos noruegueses falaram mais alto. Os escandinavos já podiam proclamar a erradicação da doença no país, além de contarem com a figura emblemática de Armauer Hansen na linha de frente de qualquer discussão científica sobre essa enfermidade. A Alemanha contava com resultados ainda incipientes, obtidos em sua experiência colonial africana, apenas a partir da década de 1880. A solução caseira para o pequeno foco em Memel estava em fase de implantação, quando da realização do evento.

Desta feita, a proposta norueguesa foi aclamada em Berlim. Seu principal expoente, Armauer Hansen, vinculava seu nome eternamente ao estudo científico e político da lepra. A tal ponto, que a lepra chegou mesmo a ganhar seu nome em alguns países, como no Brasil por exemplo. Bastante consciente de seu papel, ele mesmo deixa claro em sua autobiografia que aquela semana de outubro de 1897 marcaria a história da lepra e, conseqüentemente, a sua própria: “*I have, of course, become famous through it. This was apparent in 1897 at the leprosy conference in Berlin*”.⁴³

À contribuição científica e política da Alemanha no processo restou o esquecimento histórico. Durante todo o século XX observou-se a decisiva atuação das “*Sociedades contra a lepra*” em várias partes do mundo, sem que os créditos de tal ação fossem legados a personagens como Robert Koch, Albert Neisser, Martin Kirchner⁴⁴.

⁴³ HANSEN, Armauer. *The Memories and Reflections of Dr. G. Armauer Hansen*. Würzburg: German Leprosy Relief Association, 1976. p. 100.

⁴⁴ Sobre o legado dessas “Sociedades” na sociedade alemã, ver: NIPPERDEY, Thomas. *Verein als Soziale Struktur in Deutschland im späten 18. Und frühen 19. Jahrhundert*. In: BOOCKMANN, Harmut (Org.). *Geschichtswissenschaft und Vereinswesen in 19. Jahrhundert*. Göttingen: Fischer Verlag, 1972. No Brasil observou-se a atuação das “Sociedades contra a lepra” especialmente à partir da década de 1920, no desenvolvimento de estruturas sociabilizantes e na tentativa de melhoria da condição de vida dos leproso de todo país. Sobre sua importância na política-pública brasileira contra a lepra no período, ver principalmente: MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. Tese, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995; CUNHA, Vivian da Silva. *O isolamento compulsório em questão – Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

Um personagem em especial desempenharia um singular e fundamental papel nesse processo: o também alemão e bacteriologista Rudolf Virchow. Seu legado científico no século XIX é historicamente incontestável, assim como seu poder e legitimidade política, sendo por mais de uma década o principal personagem do *Gesundheitsamt* imperial, o ministério da saúde do país. Sua escolha como presidente da Conferência Internacional de Lepra de Berlim em 1897 seria apenas mais uma comprovação dessa legitimidade política. Contudo, como em toda rede política, Virchow também contava vários desafetos. O mais famoso deles era exatamente Robert Koch, o responsável pelo desenvolvimento da política alemã contra a lepra⁴⁵, o que talvez explique a ausência de Koch no referido encontro⁴⁶. Como se essa negativa relação com Koch não fosse suficiente, Virchow ainda externara em vários momentos da conferência sua amizade com o norueguês Armauer Hansen. O apoio de Virchow à Hansen foi, assim, um fator fundamental para o sucesso norueguês no encontro. Afinal, o fato de a delegação alemã, anfitriã do encontro, estar politicamente dividida, abriu caminho para a aclamação da proposta escandinava⁴⁷.

A Conferência Internacional de Lepra de Berlim definiu, assim, muitos dos rumos políticos, científicos e pessoais no combate à lepra na virada dos séculos XIX e XX. Os anais do encontro – pesquisados aqui enquanto fonte primária – são um fundamental testemunho da relevância política alcançada pela lepra no período, e carecem ainda de maior atenção historiográfica⁴⁸.

⁴⁵ As divergências políticas, científicas e mesmo pessoais envolvendo Rudolf Virchow e Robert Koch sempre foi tema bastante visitado pela historiografia alemã desde o princípio do século XX, ora ressaltando a importância dessa querela na formação de uma ciência germânica diversa e profícua, ora lamentando o fato de duas das mais importantes personalidades científicas do país nunca terem conseguido manter uma relação amistosa. Sobre esse assunto, ver por exemplo: GRADMANN, Christoph. *Krankheit im Labor: Robert Koch und die medizinische Bakteriologie*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2005; BENEKE, R. *Rudolf Virchow im Robert-Koch-Film*. In: *die medizinische Welt – Ärztliche Wochenschrift*. n. 23. Berlin, p. 1-14, 1940.

⁴⁶ Para maiores detalhes sobre os meandros da conferência, ver: BECHLER, Reinaldo Guilherme., 2009. *op. cit.*

⁴⁷ Sobre a relação política e científica entre Virchow e Hansen, ver: VASOLD, Manfred. *Rudolf Virchow und die Lepra in Norwegen*. In: *Medizinhistorisches Journal*. n. 24, p. 123-137, 1989.

⁴⁸ Alguns autores citados nesse trabalho também lidam com a conferência enquanto objeto histórico, partindo, entretanto apenas de fontes secundárias. Ver: MONTEIRO, Yara., 1995. *op. cit.*; OBREGÓN-TORRES, Diana., 2000. *op. cit.* Shubhada Pandya também aborda o encontro, apresentando interessantes fontes sobre os personagens presentes, mas assim como os autores anteriormente citados, também lida com a conferência apenas partindo de fontes secundárias. Ver: PANDYA, Shubhada. *The first international leprosy conference, Berlin 1897: the politics of segregation*. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. n. 10 (suplement 1), p. 161-177, 2003.

Sob o ponto de vista clínico, a Conferência de Berlim deixava como principal legado a assunção da lepra enquanto uma enfermidade transmissível, mesmo que os meios dessa transmissão ainda não pudessem ser detidamente explicados⁴⁹. Retornando aos seus países, os participantes do encontro traziam consigo a solução milenar do isolamento dos leprosos, agora remodelada por Hansen com o verniz científico e político, que transformou a lepra em uma responsabilidade estatal.

A partir do início do século XX começam a surgir os primeiros críticos dessa postura isolacionista. Os médicos ingleses Ernest Muir e Leonard Rogers chegam a classificar tal medida, ainda nas primeiras décadas do século XX, como “o maior erro da medicina moderna”.⁵⁰ Milhares de leprosos de todo o mundo foram isolados em instituições estéreis do ponto de vista clínico e prático, uma vez que não houve um suficiente esclarecimento de como tais instituições deveriam ser construídas, transferindo tal responsabilidade às – àquela altura bastante diversas – condições sociais e econômicas de cada Estado. A proposta de Hansen cairia em descrédito ao longo do século XX, e a explicação para esse fato reside na consciente omissão, em Berlim, por parte do famoso médico norueguês, das reais condições de implantação dessas medidas em seu país. Ao concentrar sua argumentação apenas na diminuição epidemiológica, conseguida com tais medidas à custa tão somente da morte dos doentes, Hansen dava margens à interpretação de que isolando os doentes se eliminaria também com a doença, como se isolar fosse suficiente para curar:

Nós conseguimos resultados realmente requintados na Noruega, mas se eles não forem suficientes para convencer aos senhores, então façam como queiram. Se os senhores não querem seguir nosso exemplo são idiotas (sic), e pessoas idiotas não merecem ser ajudadas. Mas minha experiência mostra que as pessoas não são tão idiotas como se diz comumente, e por isso eu acredito que os senhores farão como nós fizemos e eu posso garantir que em pouco tempo estarão livres da lepra⁵¹.

⁴⁹ Assim como ocorrido nas discussões políticas do encontro, a discussão técnica sobre a transmissibilidade ou hereditariedade da doença também se deu de maneira árdua. No fim, porém, prevaleceu o grupo de cientistas liderados por Armauer Hansen, que entendiam a enfermidade como transmitida entre seres humanos através de uma bactéria. Ver: HANSEN, Armauer. *Übertragung der Lepra von Mensch zu Mensch*. In: Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im October 1897. Bd. I: 2, Berlin, p. 1-8, 1897.

⁵⁰ MUIR, Ernest & ROGERS, Leonard. *Leprosy*. Second Edition. Baltimore:Williams & Wilkins Co., 1940. p. 14.

⁵¹ I INTERNATIONALE LEPRA-CONFERENCE. *Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erforderlichen Maassregeln*. Berlin, 1897: 2. p. 165.

Mesmo desacreditada oficialmente, a política pública alemã contra a lepra continuou sendo implantada, tanto na África quanto em Memel. Como ressaltado anteriormente, em 1899 seria inaugurado o Lar dos Leprosos na cidade prussiana, onde 16 leprosos passaram a ser tratados em condições bem diferentes das encontradas na Noruega. A instituição existiu até 1944, sendo um importante testemunho histórico da tentativa alemã de combater o pequeno foco de lepra em seu território. Nas colônias africanas, essa política ainda continuou sendo observada até meados da década de 1910. A partir desse momento foi observada uma interrupção documental sobre o assunto. A grande quantidade de relatórios para este trabalho pesquisados no *Bundesarchiv* (Arquivo Nacional) de Berlim sofre uma abrupta interrupção nesse momento histórico, possivelmente associada às contingências políticas e sociais que iriam desembocar anos posteriores na Primeira Guerra Mundial⁵².

Mesmo legada a um plano marginal no processo, observou-se que, tanto as autoridades políticas quanto as científicas alemãs estavam atentas ao desenvolvimento de soluções contra a lepra na primeira metade do século XX. Nesse período o país passou por duas guerras mundiais, de consequências trágicas, fato que certamente fez com que o combate à lepra ser superado por outras necessidades na lista de contingências sociais mais urgentes. Ainda assim se torna interessante constatar o esforço de cientistas e políticos do país em continuarem atentos ao processo, e até mesmo produzindo soluções práticas, especialmente a partir da década de 1930, sob a égide do governo nacional-socialista.

Olhar racial: a lepra durante o regime nazista

Quando prestou juramento oficial como novo Chanceler alemão, em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler iniciava um importante capítulo de nossa história contemporânea. Seu regime de governo modificou muitas estruturas sociais e políticas da humanidade, além de ser lembrado como responsável pelo extermínio de cerca de seis milhões de judeus, nos chamados “campos de concentração”. No cerne desse processo, observam-se motivações racistas e eugênicas, que perpassam de maneira peculiar a problemática da lepra, conforme o presente trabalho tenciona discutir. Em termos historiográficos, forçoso se torna reconhecer de antemão que essa participação alemã no processo de desenvolvimento

⁵² As contingências específicas nas quais os países africanos se apropriaram desse processo ao longo do século XX não serão objeto de análise específico no presente trabalho. Sobre esse conturbado momento político, e suas repercussões no combate à lepra, ver: EDMOND, Rod., 2006. *op. cit.*

de ações contra a lepra na primeira metade do século XX é vista como ínfima, em função tanto pelo fato de – como já vimos – não ser a doença um problema relevante à sua conturbada situação política e social do período, quanto pelo reconhecimento de que os paradigmas lançados por Hansen na conferência de Berlim estavam de tal maneira arraigados, que não havia espaço para quaisquer outras propostas.

Do ponto de vista científico, a lepra no século XX assumia características ambíguas: se por um lado era estudada à luz de técnicas cada vez mais avançadas que apontavam para a realidade de ela ser uma doença transmissível, por outro ela era cada vez mais associada a fatores racistas e preconceituosos, que escolheram os judeus como o principal agente histórico de sua propagação⁵³.

E do ponto de vista político, o presente artigo trabalha com a linha argumentativa de que a derrota da proposta alemã de combate à lepra ocorrida em Berlim em 1897 continuou causando desconforto no país ao longo da primeira metade do século XX, favorecendo o surgimento de uma postura crítica para com a proposta norueguesa.

Através da análise de vários documentos oficiais de autoridades nazistas, este trabalho tem por objetivo demonstrar que a Alemanha estava, sim, atenta a todas as discussões relacionadas ao tema lepra no período, contribuindo para abrir novos caminhos investigativos e historiográficos acerca do assunto.

De fato, a lepra em termos clínicos e científicos foi uma doença bastante vigiada e controlada pelo sistema político nazista já desde a década de 1930. Qualquer pesquisa, ou possível tratamento contra a doença em todo o mundo era minuciosamente descrita e informada por autoridades alemãs de cada país ao *Gesundheitsamt* do governo nazista.

Tive acesso, por exemplo, a uma série de documentos sobre um possível tratamento contra a doença, desenvolvido pelo padre brasileiro Ivo Westerholt, conforme aponta esse documento enviado pelo consulado alemão da cidade de Curitiba:

⁵³ A associação entre judeus e leproso é bastante recorrente na literatura medieval sobre a doença, e ganha novo fôlego a partir da segunda metade do século XIX em vários países europeus, com o surgimento de ideias eugênicas. Na Alemanha o assunto ganha menção de Rudolf Virchow, que aborda o tema em alguns artigos publicados no *Virchow's Archiv*, uma importante revista médica europeia do século XIX que ganhava seu nome. Em um artigo em especial, Virchow chama à atenção para o fato de que a lepra era uma enfermidade singular, pois mesmo com todo o aparato cientificista de que cada vez mais se cercava, era cada vez mais difícil naquele momento chegar à conclusões contundentes sobre suas manifestações, gerando margem assim para associações racistas. Ver: VIRCHOW, Rudolf. *Die Juden und die Hospitäler*. In: *Virchows Archiv*. n. 46, p. 470-475, 1869. Sobre a relação de Virchow e os judeus, ver também: KÜMMEL, Werner. *Rudolf Virchow und der Antisemitismus*. In: *Medizinhistorisches Journal*. n. 3., p. 165-179, 1968.

Tenho a honra de encaminhar aos senhores algumas considerações sobre tentativas de um padre franciscano de desenvolver um medicamento contra a lepra em caráter secreto, que certamente será objeto de interesse por parte das autoridades competentes alemãs.⁵⁴

Em outro documento, que não foi assinado, tentou-se explicar melhor quem era o padre Westerholt e do que se tratava sua propensa tentativa:

O descobridor é um padre franciscano, oriundo de uma província majoritariamente alemã no sul do Brasil, de nome Ivo Westerholt, que na verdade é holandês. Ele assegura que o extrato de uma planta típica dos pântanos, que é encontrada com muita dificuldade no Brasil, e até agora teria sido encontrada apenas em Cabo Frio e Guaratinguetá. Ela provocaria não apenas a interrupção do processo de decomposição em indivíduos leprosos, como também a própria cura em um período relativamente curto de tempo. [...] O nome da planta não foi divulgado, assim como a maneira com que o tratamento é desenvolvido. A justificativa dada para esta medida de segurança foi a de que se trata de um segredo, que deve ser guardado com cuidado, até que as autoridades médicas brasileiras, até o momento divididas sobre o assunto, se convençam oficialmente da descoberta. Para esse fim foram colocados à disposição 40 pacientes paulistas, durante o período de seis meses.⁵⁵

Esses testes foram realizados no leprosário Santo Ângelo, no interior do estado de São Paulo. Posteriormente, um funcionário da faculdade de medicina da universidade de São Paulo, de nome Rubens Leal, recebeu uma incumbência expressa do governo alemão de visitar a instituição no intuito de averiguar os resultados do mencionado experimento, como relata o seguinte documento:

Dr. Manuel de Abreu, Diretor do leprosário me relatou: Os pacientes foram alimentados com uma dieta livre de sal, carne e café, e receberam grande quantidade de Serralha, uma verdura tipicamente brasileira, muito parecida com a mostarda. Além disso o padre Ivo Westerholt preparou uma espécie de tintura, que deveria ser ministrada na quantidade que variava de 30 a 80 gotas aos pacientes. Essa tintura, segundo suas informações, seria retirada de uma planta cujo nome padre Westerholt não quis revelar. Em alguns pacientes foi observada melhora, que, entretanto, foram interpretadas pelo Diretor Manuel de Abreu apenas como sugestivas. Não houve nenhum tipo de controle científico dos resultados deste tratamento. Eu solicitei então a oportunidade de uma entrevista com padre Ivo Westerholt, que negou veementemente, ou seja, ele não pôde me fornecer nenhum tipo de informação sobre seu método de tratamento da lepra, e muito menos sobre os resultados práticos de suas pesquisas no leprosário Santo Ângelo. Continuarei

⁵⁴ Die "Deutsches Konsulat (Consulado da Alemanha) Curitiba, den 15. Juli 1938 Paraná – Brasilien Nr. B33-12. 1. Anlage". R86-4101 – Bundesarchiv.

⁵⁵ Die "Aufzeichnung v. 15.7.1938". R86-4101 – Bundesarchiv.

atento, me comprometendo à mantê-los informados imediatamente sobre os possíveis desdobramentos dessa empresa, conforme solicitado.⁵⁶

Em termos práticos, a experiência do padre Westerholt não rendeu ao final qualquer resultado digno de registro, mas serve como um exemplo da relevância dada à lepra pelo governo nazista, que se esforçava de todas as maneiras na obtenção de qualquer informação científica que levasse a um tratamento eficaz contra a doença. Assim como o exemplo narrado no Brasil, outros “experimentos” na tentativa de cura da lepra foram acompanhados por autoridades alemãs em várias partes do mundo no período, especialmente as relacionadas ao chamado óleo de chaulmoogra, na Índia⁵⁷.

Até mesmo o desenvolvimento de uma vacina contra a lepra foi acompanhado pelas autoridades do III Reich alemão. Outro documento oficial datado de abril de 1940, relata a tentativa da empresa farmacêutica austríaca Allbak de vender a patente da “descoberta” da *Lepra-Vaccine Nr.-489* ao governo nacional-socialista. A correspondência, endereçada ao Conselheiro do Senado austríaco Dr. Branberger, se constitui um instigante testemunho do papel científico e político desempenhado pela lepra no período.

Após esforços seculares e mal-sucedidos do mundo médico em apresentar soluções científicas eficazes contra a temida lepra, nossa empresa tem o prazer de comunicar seu sucesso nesse sentido. Para poder apresentar provas científicas de tamanha relevância, nossa gerência [...] comunica com orgulho que não apenas os resultados obtidos no leprosário da Clínica Universitária da cidade italiana de Bari, como também os resultados no leprosário Nuestra Señora de las Mercedes em Nigua (República Santo Domingo) foram absolutamente bem-sucedidos! Após a superação de inúmeros obstáculos e após a recusa de diferentes e generosas propostas internacionais, nossa empresa gostaria de oferecer ao Reich alemão, como o país clássico das revoluções médicas, a oportunidade de vincular-se a essa descoberta de valor cultural e econômico inestimável.⁵⁸

⁵⁶ Die “por Rubens Azzi Leal, assistente de Higiene da Faculdade de Medicina da Universidade de Sao Paulo”. R86-4101 – Bundesarchiv.

⁵⁷ As chaulmoogras são plantas tropicais cujas sementes fornecem um óleo utilizado há séculos, especialmente no continente asiático, no tratamento de enfermidades de pele. Na primeira metade do século XX sua utilização no tratamento da lepra foi observada em várias partes do mundo. Sobre o assunto, ver especialmente: SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos & SOUZA, Leticia Pumar Alves de & SIANI, Antonio Carlos. *O óleo de chaulmoogra como conhecimento científico: a construção de uma terapêutica antileprótica*. In: História, Ciência, Saúde, Manguinhos. Vol. 15. n. 1. Rio de Janeiro, 2008.

⁵⁸ “Der Reichsminister der Innern IV g.1228/42–5722. Berlin, 12. April 1942. R86-4101. p.12–13. Bundesarchiv.

A empresa pede total sigilo e atenção do governo para com a concorrência científica que fatalmente seria desencadeada com tal façanha, especialmente em tempos de guerra:

Nossa empresa é a única em todo o mundo capaz de apresentar a cura para esta até aqui incurável e terrível doença infecciosa. Sua produção, por isso mesmo, deve ocorrer em um processo secreto. Uma reprodução do medicamento por outra companhia é ainda no momento impossível. Se a patente não for considerada como secreta, o Reich corre o risco de perder não apenas o ganho cultural, mas especialmente o financeiro dessa descoberta. [...] A empresa solicita especial atenção ao fato de que pretende vincular sua descoberta definitivamente ao governo alemão, não deixando margens a qualquer tipo de disputa comercial e científica.[...] Considerando a relevância do atual momento de nosso Reich e a importância econômica e cultural que a produção desse medicamento poderá ocasionar nesses tempos de guerra, nossa gerência solicita atenciosamente a aquisição urgente da mencionada patente de produção para nossa vacina. Heil Hitler! Allbak – Allgemeine biologisch-bakteriologische Forschungs- und Verwertungs – Ges. m.b.H.⁵⁹

Não foi encontrado nenhum outro documento que comprovasse a aquisição da patente por parte do governo alemão, tampouco sobre os desdobramentos dessa suposta “descoberta” da empresa Allbak. Outras menções ao ocorrido datam do ano de 1942. A primeira se trata de um reenvio da citada correspondência endereçada agora ao Prof. Bieber, diretor de pesquisas em bacteriologia do *Robert Koch Institut* em Berlim, dando a entender que até àquele momento nenhuma decisão teria sido tomada a respeito.

Em anexo envio novamente ao nobre senhor uma correspondência a ser encaminhada ao Ministério do Interior do Reich, da empresa Allbak de Viena, que diz respeito ao desenvolvimento da “Lepra-Vaccine Nr. –489”. Solicito, além disso, que seja o Instituto de Terapia Experimental em Frankfurt am Main dessa instituição seja colocado à disposição para as pesquisas científicas necessárias.⁶⁰

E a segunda se trata da resposta simples e taxativa do diretor do mencionado instituto de Frankfurt ao presente comunicado: “*Também aqui não se sabe de nada sobre a Lepra-Vaccine Nr. 489*”.⁶¹

⁵⁹ *Idem.* p. 13.

⁶⁰ Der Reichsminister der Innern IV g. 1228/42–5722. Berlin, 2. Juni 1942. R86-4101 p. 78 – 79. Bundesarchiv.

⁶¹ Staatliches Institut für experimentelle Therapie des Robert Koch Instituts. Frankfurt am Main, 15. Juni 1942. R86-4101 p.80. Bundesarchiv.

Considerações finais

Na impossibilidade de delinear um epílogo para as duas situações aqui mencionadas, este trabalho pretende tão somente chamar a atenção para o fato de que o governo nacional-socialista acompanhava o desenvolvimento técnico e político de soluções contra a problemática da lepra, mesmo no período de guerra.

A postura do governo frente ao leprosário de Memel deve ser considerada outro fundamental indício que reforça tal ideia. Como visto anteriormente, o *Lar dos Leprosos* de Memel representava materialmente a política pública alemã frente ao problema no final do século XIX. Inaugurado em 1899, a instituição teria um destino peculiar durante a primeira metade do XX.

As duas guerras mundiais foram vividas no local sob uma singular perspectiva. Após o término da primeira guerra, a cidade de Memel deixava de pertencer ao território alemão, tornando-se parte da Rússia. Mesmo em condições políticas adversas, a *Königsberger Diakonie*, congregação evangélica alemã responsável pela manutenção da instituição, conseguiu mantê-la em funcionamento, até que em 1939 a região volta a pertencer à Alemanha, e volta a contar com o apoio financeiro de seu governo⁶². A diretora do leprosário narra à revista da congregação evangélica *Königsberger Diakonie*, com entusiasmo, a maneira com a qual os internos receberam a notícia no leprosário:

Depois do almoço os internos se reuniram no Salão de Festas para festejar. Agradecemos jubilosos ao nosso Führer Adolf Hitler, que conseguiu esse inacreditável milagre em seu papel de Chefe de Estado. Muito agradecidos e orgulhosos cantamos todos “Sieg-Heil” e os dois hinos nacionais para nosso Führer, com os quais fechamos as comemorações.⁶³

A instituição experimentou, de fato, uma situação de excepcionalidade na conjuntura institucional vigente na Alemanha àquele período, onde medidas de controle da raça ariana eram implantadas em diferentes públicos, como doentes mentais e presidiários, por exemplo. Com o chamado Programa T4, o governo nacional-socialista dava início

⁶² Sobre a situação política da Lituânia nesse período histórico, ver: ARBUSAUSKAITĖ, Arūnė. *Deutschlands Politik gegenüber den litauischen Bürgern des Memellandes 1939 bis 1944*. In: PLETZING, Christian (Org.) *Verposten des Reiches? : Ostpreußen 1933 – 1945*. München: Meidenbauer, 2006.

⁶³ Königsberg Diakonie. *Mitteilungsblatt – Quittungsblatt*. 65. Jahrgang, April 1939. p. 4.

– ainda na segunda metade da década de 1930 – ao desenvolvimento de técnicas eliminacionistas que tinham como alvo todas as pessoas que não se enquadrassem nos padrões raciais arianos⁶⁴. Para a historiadora Ursula Kömen, essa medida “*deveria ser executada de maneira contundente, de modo a levar a raça alemã a um processo de vitalização*”.⁶⁵

Como leprosos, era de se esperar que os internos do leprosário prussiano fizessem parte da linha de frente dessa ação. Ao contrário, a instituição passou a contar com todo incentivo clínico e financeiro do governo nacional-socialista. Questionar os motivos de tal peculiaridade foi também um dos objetivos do presente trabalho. Considero que o médico Kurt Schneider consegue fornecer indícios que podem nos levar a possíveis respostas.

Schneider trabalhou no local de 1911 até o fim da instituição em 1944, e escreveu dois artigos sobre o cotidiano social e clínico do leprosário: o primeiro intitulado “*Die Geschichte der Lepra im Kreise Memel und das Lepraheim im Memel*” (A História da Lepra na região de Memel e o Lar dos Leprosos de Memel), de 1942. E o segundo chamado “*Das Vorkommen von Lepra im Kreise Memel und das deutsche Lepraheim bei Memel 1899 bis 1945*”⁶⁶ (O retorno da lepra na região de Memel e o Lar dos leprosos alemão em Memel de 1899 até 1945), escrito em 1953.

No primeiro, escrito em um momento positivo para a Alemanha no conflito, Schneider aponta para o fato de que o leprosário exerceria um fundamental papel para a ciência alemã, que poderia dentro de seus muros experimentar a melhor maneira de lidar com este problema tão sério e comum em vários países do planeta, onde a Alemanha fatalmente exerceria sua dominação no contexto pós-guerra.

⁶⁴ O Programa T4 designou uma ação do governo nacional-socialista, que teve como resultado a morte de mais de 100.000 doentes mentais internados em manicômios de todo o país através de médicos das tropas SS. Baseadas em idéias eugênicas e racistas, esse programa foi o responsável por testar e “aperfeiçoar” as técnicas de morte em massa, que seriam utilizadas posteriormente nos campos de concentração nazistas, como as câmaras de gás por exemplo. Mais sobre o assunto, ver: ALY, Götz (Org.) *Aktion T4, 1939-1945. Die Euthanasiezentrale in der Tiergartenstr. 4, Berlin*. Berlin: Edition Hentrich, 1989; FRIEDLANDER, Henry: *Der Weg zum NS-Genozid. Von der Euthanasie zur Endlösung*; Berlin: Berlin Verlag, 2002.

⁶⁵ KÖMEN, Ursula. “[...] warum ausgerechnet K. und R. nicht für eine Verlegung in Frage kommen...” – *die Heil- und Pflegeanstalt Göttingen: Rassenpolitik und innere Dynamik bei der Selektion der T4- Transporte*. In: *Leiden verwehrt Vergessen – Zwangsarbeiter in Göttingen und ihre medizinische Versorgung in der Universitätskliniken*. Göttingen: Wallstein, 2007.

⁶⁶ SCHNEIDER, Kurt. *Das Vorkommen von Lepra im Kreise Memel und das deutsche Lepraheim bei Memel 1899 bis 1945*. Der Öffentliche Gesundheitsdienst: Monatsschrift für Gesundheitsverwaltung und Sozialhygiene, Berlin, v.12, p. 465-469. 1953.

O Lar dos Leprosos desempenhará, depois do final da guerra, uma tarefa de especial valor na formação de médicos coloniais. Esses profissionais poderão aqui adquirir importantes conhecimentos sobre a história, a clínica, a terapia e a patologia dessa enfermidade, através da administração técnica do leprosário.⁶⁷

O segundo artigo, escrito em 1953, já depois do final da segunda guerra mundial, e da conseqüente extinção do leprosário – ocorrida em 1944 –, observa-se a retórica de Kurt Schneider notadamente nostálgica e melancólica, especialmente em se tratando do papel desempenhado pela instituição ao longo de sua existência. Como funcionário, ele trabalhou por 33 anos na instituição, e podia afirmar com propriedade sobre seu cotidiano: “*o ambiente entre funcionários e pacientes era formidável, a ponto de se esquecer às vezes que aquilo era um leprosário*”.⁶⁸ Em termos práticos, o Lar dos Leprosos de Memel havia conseguido cumprir o papel social à que se propôs, ou seja, estancar o crescente foco de lepra na Prússia. Se no final do século XIX eram contados 33 casos na região, sendo que apenas 16 destes estavam internados no Lar dos Leprosos, em 1941 havia apenas 11, todos isolados no local. Schneider, por sua vez, afirma que o leprosário: “*sempre cumpriu o papel de representar de maneira mais elevada a cultura e a dignidade do povo alemão*”.⁶⁹

Outra importante interlocutora nesse sentido foi Emilie Ußkoreit, chefe das irmãs de caridade da *Königsberger Diakonie*, que também trabalhou no local por 21 anos. Em vários relatos escritos para a revista quadrimestral da congregação, publicada na Alemanha, Ußkoreit externa-se sempre de maneira positiva acerca do ambiente na instituição, afirmando por mais de uma vez que o Lar dos Leprosos exercia um papel ímpar na conjuntura social da Alemanha àquela época. Alinhada ao discurso de Schneider, acima mencionado, Ußkoreit também deixa a entender que o leprosário representava um singular laboratório para as autoridades nazistas: “*Recebíamos o que havia de melhor em medicamentos da Alemanha e do exterior. Afinal, era de interesse do governo que a lepra fosse tratada em território alemão de maneira exemplar*”.⁷⁰

Tais testemunhos históricos dão conta de um papel bem mais importante da lepra no Estado alemão na primeira metade do século XX do que havia se pensado até então. Embora a extensão do foco da enfermidade na Prússia nunca ter atingido níveis realmente preocupantes, o risco do alastramento da doença para o interior do país como ocorrido na época medieval causava receio por parte de todos, especialmente dos

⁶⁷ SCHNEIDER, Kurt., 1942. *op. cit.* p. 447.

⁶⁸ SCHNEIDER, Kurt., 1953. *op. cit.* p. 463.

⁶⁹ SCHNEIDER, Kurt., 1942. *op. cit.* p. 469.

⁷⁰ Königsberg Diakonie. *Mitteilungsblatt – Quittungsblatt*. 73. Jahrgang, August 1947. p. 12.

governantes. Assim, para além da ação prática na região, materializada no Lar dos Leprosos, as autoridades nazistas se preocuparam também em compreender as origens da epidemia prussiana. Desta feita, compreender sua relação com o foco da doença na Rússia – especialmente nesse período de conflito armado – era uma tarefa bastante séria e importante para as autoridades nazistas, tendo em vista sua localização geográfica.

Em uma série de documentos oficiais pesquisados por este trabalho sobre correspondências do então Comissário do *Ostland* (Leste), Dr. Bernsdorf, foi possível acompanhar o processo de realização de um trabalho histórico-científico sobre a lepra na região, que proporciona respostas a esses questionamentos.

Em uma correspondência datada de 21 de dezembro de 1943, Dr. Bernsdorf comunica seus superiores que havia encontrado um médico capaz de realizar este trabalho. Tratava-se do Dr. J. Brants:

O médico Dr. J. Brants, Diretor do Hospital Alexanderhöhe, me comunicou em 15.10.43, em resposta à minha consulta de 30.09.1943, que ele escreverá o trabalho sobre a lepra na Prússia. Em 10.12.1943 ele me informou verbalmente que o título do trabalho será: Lepra em Lettland, e que ele o terminará até o verão de 1944.⁷¹

O trabalho, entregue no prazo estipulado, ganhou na verdade o nome de *“Die Lepra in Ostseegebiet”* (A lepra na região do Mar Báltico), e mostra importantes estruturas com as quais as autoridades alemãs da época compreendiam a enfermidade, tanto em termos clínicos como psicológicos, bem como sua respectiva relação geográfica com a Rússia.

Em um minucioso estudo, que seguramente contou com o auxílio de uma vasta literatura histórica, J. Brants descreve a trajetória da lepra na Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia e na região de Memel desde a época medieval até o presente momento, no ano de 1944, e a situação atual em cada um desses países, bem como suas atitudes políticas no sentido de combater suas respectivas epidemias.

Dados estatísticos de migração e imigração, informações sobre relações comerciais entre a Alemanha e cada um desses países foram abordados no estudo. Ao tratar especificamente sobre Memel, o autor cita a leitura do aqui também citado trabalho de Kurt Schneider sobre o assunto⁷², e já narra a importante diminuição epidemiológica da doença na região, graças à política do isolamento, e conseqüentemente, à construção do Lar dos Leprosos da cidade. *“A relevante redução da doença*

⁷¹ R90-0363 – 4A 28. p. 1 (Bundesarchiv Berlin).

⁷² SCHNEIDER, Kurt., 1942. *op. cit.*

é explicada pelas medidas isolacionistas implantadas com sucesso a partir do fim do século passado na região”.⁷³

Em termos científicos, transparece a interpretação de que a lepra era considerada como uma doença hereditária, e totalmente vinculada a fatores racistas. E esse fato torna-se singularmente salutar, se considerarmos que a doença já era tida desde a década de 1880 oficialmente como uma doença transmissível. Um importante questionamento científico feito pelo autor nesse sentido foi tentar compreender o motivo pelo qual o povo alemão não se infectava pela doença, ao contrário do que aconteceria, por exemplo, com os judeus.

Que a lepra advém de disposições hereditárias, ficou sem dúvida nenhuma comprovado no caso báltico aqui estudado. Além disso, tendo em vista que o povo báltico tem sua raça relativamente pouco misturada, em comparação com as raças tropicais, foi tarefa relativamente fácil identificar os propensos à referida enfermidade. É interessante constatar que também na referida região não são encontrados alemães com lepra. Assim como em outros países leprosos, também aqui são encontrados muitos judeus com a doença, especialmente entre os comerciantes, que contribuíram notadamente para a disseminação desse mal no último século.⁷⁴

A epidemia de lepra na região prussiana de Memel despertava no governo nazista, assim, um sentimento de certa maneira já bastante conhecido, isto é, uma mistura de temor e curiosidade, que terminou por externar uma concepção hereditária da doença, relacionada a ideologias racistas que, do ponto de vista científico, em verdade, já estavam no período se não descartadas pelo menos desacreditadas.

Em termos práticos, as autoridades nazistas ainda produziram outra singular apropriação desse processo, desta feita vinculada à questão institucional. Diversas narrativas historiográficas sobre as instituições nazistas nos oferecem um testemunho de que foi observado um processo de aprimoramento de técnicas eliminacionistas, cujo objetivo final passou a ser o de exterminar o mais rápido e impessoalmente possível os internos desses “campos de trabalho”.⁷⁵

⁷³ BRANTS, J. *Die Lepra in Ostseegebiet*. (R90-0363) s. 4.

⁷⁴ BRANTS, J. *Die Lepra in Ostseegebiet*. (R90-0363) p. 6.

⁷⁵ Extensa se constitui a bibliografia sobre o assunto. Este trabalho compactua da perspectiva histórica de uma “evolução” eliminacionista do sistema institucional nazista, uma vez que os campos não teriam sido concebidos diretamente com o objetivo de exterminar seus internos, o que passou a acontecer no decorrer do processo graças à diversos fatores políticos sociais e militares. Sobre esta perspectiva ver: WENDLING, Paul. *Epidemics and Genocide in Eastern Europe, 1890 – 1945*. New York: Oxford University Press, 2000; ZÁMECNIK, Stanislav. *Das war Dachau*. Luxemburg: Saint-Paul Luxembourg s.a., 2002; CORNWELL, John. *Os cientistas de Hitler: ciência, guerra e o pacto com o demônio*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.

O campo de *Theresienstadt*⁷⁶ entretanto, foi utilizado de maneira peculiar pela propaganda nazista. O princípio da segunda guerra mundial também marcou o início da deportação de milhares de judeus para esses “campos de trabalho”, fato que começou a despertar atenção de autoridades políticas de todo o mundo. Com o objetivo de ilustrar as condições de vida dos judeus nessas instituições, foi produzido um filme propagandístico chamado “*Der Führer schenkt den Juden eine Stadt*”⁷⁷, “*Hitler constrói uma cidade aos judeus*”, onde se observa os judeus participando, por exemplo, de uma partida de futebol ou de concertos musicais, atividades que de forma alguma podem ser consideradas como de praxe nessas instituições nazistas⁷⁸. Relativamente bem-sucedida em seus propósitos, esse filme logrou acalmar de certa maneira a opinião-pública mundial, mantendo a chamada Solução Final em relativo segredo por mais algum tempo, e é aqui considerado como mais uma apropriação do paradigma do isolamento compulsório de leproso no século XX, uma vez que tais estruturas eram observadas em vários leprosários de todo o mundo no mesmo período histórico⁷⁹.

De maneira geral, todas essas diferentes e singulares atuações políticas e científicas contra a lepra por parte da Alemanha nos oferecem instigantes perspectivas de análise do processo de produção de soluções contra essa enfermidade no período. Afinal, forçoso me é reconhecer que a participação germânica nesse processo é atualmente pouco reconhecida historicamente, muito em função da insignificante incidência

⁷⁶ O campo de Theresienstadt, atualmente localizado na República Tcheca, foi considerado como um modelo de assentamento judeus, uma *cidade-modelo*, e também era uma espécie de campo temporário de judeus de toda a Europa à caminho de Auschwitz. Sobre esta instituição ver por exemplo: FEUß, Axel. *Das Theresienstadt-Konvolut*. Hamburg: Dölling und Gallitz Verlag, 2002; MUNK, Hans. *Theresienstadt in Bildern und Reimen*. Konstanz: Hartung-Gorre Verlag, 2004; HUPPERT, Jehuda Hana Drori. *Theresienstadt-Ein Wegweiser*. Prag: Vitalis Verlag, 2005.

⁷⁷ Uma interessante análise histórica do filme é feita em: STARKE, Käthe. *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt: Bilder, Impressionen, Reportagen, Dokumente*. Berlin: Haude & Spener, 1977.

⁷⁸ Atividades de entretenimento eram de fato realizadas em alguns campos de concentração nazistas, porém foram idealizadas apenas para os soldados que lá trabalhavam. O campo de Auschwitz, por exemplo, também contava com campo de futebol e até mesmo um zoológico. Sobre isso, ver: STEINBACHER, Sybille. *Auschwitz: Geschichte und Nachgeschichte*. München: C. H. Beck Verlag, 2004; KIELAR, Wieslaw. *Fünf Jahre Auschwitz*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 2007.

⁷⁹ Um exemplo institucional clássico desse modelo foi a Colônia Santa Isabel, um leprosário situado na região metropolitana de Belo Horizonte, que possuía cinemas, teatros, bordéis, campos de futebol, e uma série de outros elementos sociabilizantes, que tentam minorar o sofrimento social de seus internos, uma vez que contra seu sofrimento clínico muito pouco se podia fazer. Sobre a instituição, ver: BECHLER, Reinaldo Guilherme. *Colônia Santa Isabel: a história de um estigma*. Monografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG, Belo Horizonte, 2003.

epidemiológica da doença no país àquele momento e da assunção quase que exclusiva da Noruega – e consequentemente de Armauer Hansen – como principal produtora dessas soluções. A atuação de Robert Koch e seus correligionários, primeiramente nas colônias africanas e posteriormente na Prússia, discutidas neste trabalho, remete-nos a uma reflexão mais profunda sobre o tema. Exemplos práticos dessa “nova” proposta como as “*Sociedades contra a Lepra*” foram implementadas ao longo do século XX. O governo nacional-socialista, por sua vez, acabou fazendo um uso peculiar dessa apropriação, reassociando a doença a fatores racistas e preconceituosos, além de utilizar-se de um modelo institucional encontrado em alguns leprosários mundo afora para mascarar o que realmente acontecia em seus “campos de trabalho”. Seja como for, a lepra sempre esteve presente na lista de prioridades dessas autoridades alemãs. Ao analisar o desenvolvimento dessa política, este trabalho pretende instigar novas reflexões e novas pesquisas sobre o tema, ainda notadamente profícuo e inquietante.